

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
DIVERSIDADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DIVERSIDADE SEXUAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO & INCLUSÃO ESCOLAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL
TANIA MARA CARNAVAL BASÍLIO - JAPERI/RJ.

EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR

Seropédica

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
DIVERSIDADE

**DIVERSIDADE SEXUAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO & INCLUSÃO ESCOLAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL
TANIA MARA CARNAVAL BASÍLIO - JAPERI/RJ.**

EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado
ao Departamento de Educação do Campo,
Movimentos Sociais e Diversidade da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro para obtenção do
título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientação: Prof. Dr. Allan Damasceno

Seropédica, RJ
Dezembro de 2019

EVANDRO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR

DIVERSIDADE SEXUAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO & INCLUSÃO ESCOLAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL TANIA
MARA CARNAVAL BASÍLIO - JAPERI/RJ.

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo no Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovado em de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Allan da Rocha Damasceno (Orientador)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Silvia Maria Melo Gonçalves
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

À minha mãe, que me ensinou a compreender a
educação como chave para um mundo liberto.

Aos professores e professoras que passaram
pela minha vida e que, sem exceção, deixaram
parte de si comigo, sendo eu, hoje, um pouco
de todEs.

AGRADECIMENTOS

Para a classe trabalhadora nada nunca vai ser fácil. Mas é na dificuldade que nos forjamos fortes. Por isso, agradeço às pessoas que me apoiaram até aqui. As que nunca desistiram de mim. Minha mãe, minha família, meus amigos e as pessoas que amo.

Elizabeth, talvez a mulher mais lutadora que já vi na vida. Samuel e Valentina, que trilhem o caminho da defesa irrestrita da educação pública. Jefferson, por todo apoio durante os anos de universidade e de vida.

Para cada estudante da Escola Municipal Tânia Mara Carnaval Basílio, por me deixar conhecer suas realidades e delas me fazer pesquisador.

Meus mais sinceros agradecimentos.

“Não existe nenhum amor que não seja um eco”

(Theodor Adorno)

RESUMO

Pretende-se, com esse trabalho monográfico, analisar como a estrutura político-pedagógica das escolas do campo se enquadram na perspectiva de silenciamento das demandas que a população perfil da diversidade sexual e de gênero apresentam. Pretende-se, também, discutir estratégias para o enfrentamento de tal silenciamento e a discussão acerca da consolidação de uma pedagogia da diversidade. Este trabalho é fruto de discussões acerca da diversidade sexual no contexto do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Durante minha trajetória na LEC, através dos Trabalhos Integrados, apresentados ao final de cada período, acumulei, de forma positiva, uma série de debates que atravessavam diretamente a temática da sexualidade e educação. Obviamente ainda há muito para aprofundar e não se pretende esgotar o debate, pelo contrário, a ideia central é problematizar como as escolas do campo situam suas perspectivas político-pedagógicas na questão da diversidade sexual. Aqui contribuo para o tema a partir da experiência adquirida enquanto residente pedagógico na Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio, escola do campo localizada no município de Japeri, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Através de atividades *in locus*, foi possível analisar como o ambiente escolar reproduz o conservadorismo da sociedade e, como tais ideias refletem no ideário dos estudantes. Sendo esse um território considerado historicamente mais susceptível à lógica do conservadorismo e, portanto, onde as violações de direitos se configuram de forma mais ácida, o meio rural aponta como um ponto nevrálgico no que se refere à intolerância, sobretudo quando se trata de uma escola convencional e todas as suas contradições.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Sexual. Inclusão Escolar. Educação do Campo. Direitos Humanos. Pedagogia da Diversidade.

ABSTRACT

This monographic work intends to analyze how the political-pedagogical structure of rural schools fits in the perspective of silencing the demands that the population profile of sexual and gender diversity presents. It is also intended to discuss strategies for dealing with this silencing and to discuss the consolidation of a diversity pedagogy. This work is the result of discussions about sexual diversity in the context of the Rural Education Course. During my career at LEC, through Integrated Works, presented at the end of each period, I accumulated a series of debates about sexuality and education. Obviously, much research remains to be done, as the central idea is to discuss how the rural schools situate their political-pedagogical perspectives on the issue of sexual diversity. I contribute to the theme from the experience gained as a pedagogical resident at Escola Tania Mara Carnaval Basilio, a rural school located in Japeri, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Through in locus activities, it was possible to analyze how the school environment reproduces the conservatism of society and how these ideas reflect the students' imaginary. Being a territory considered historically more susceptible to the logic of conservatism and, therefore, where the violations of rights are more acidic, the rural environment points as a delicate environment in relation to intolerance, especially when it comes to a school and all its contradictions.

KEYWORDS: Sexual Diversity. School Inclusion. Rural Education. Human Rights. Diversity Pedagogy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de violação contra a população LGBT – Rio de Janeiro	20
Gráfico 2 - Resultado do Questionário sobre natureza do território	34
Gráfico 3 - Resultado do Questionário sobre sexo biológico dos alunos entrevistados	37
Gráfico 4 - Resultado do Questionário sobre raça/etnia dos alunos entrevistados	38
Gráfico 5 - Resultado do Questionário sobre religião dos alunos entrevistados	39
Gráfico 6 - Resultado do Questionário sobre maternidade/paternidade na adolescência	41
Gráfico 7 - Resultado do Questionário Casos de LGBTfobia na escola	43
Gráfico 8 - Resultado do Questionário sobre direitos por orientação sexual	44
Gráfico 9 - Resultado do Questionário sobre adoção de crianças por casais LGBT's	45
Gráfico 10 - Resultado do Questionário sobre casamento homoafetivo	46
Gráfico 11 - Resultado do Questionário sobre disciplina de Educação Sexual	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RJ	Estado do Rio de Janeiro
LEC	Curso de Licenciatura em Educação do Campo
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Sumário

Introdução	12
Metodologia.....	15
Construção Social do Gênero e Caracterização das Identidades.....	17
Espaço Escolar e Diversidades Sexuais.....	24
Escolas do Campo – Entre a resistência e a institucionalidade	28
Diversidade Sexual e Escola do Campo: um retrato de Japeri.	33
Conclusão.....	49
Referências Bibliográficas	51

Introdução

A diversidade sexual por si só é um tema delicado diante de uma sociedade conservadora e discriminatória tal qual a que vivemos. Tanto pela falta de informação sobre as caracterizações de gênero e identidade sexual, quanto pela estratégica perspectiva de manutenção da dominação hegemônica, que estabelece um perfil heteronormativo eurocêntrico como padrão social.

Nesse contexto, diante de uma estrutura sócio-educacional que reproduz o conservadorismo da sociedade, nos debruçamos na análise das questões referentes às sexualidades dentro de um espaço naturalmente concebido como conservador como o campo.

Pensar os paradigmas da educação do campo como resistências é também pensar todo tipo de violação ao qual a população do campo é submetida, inclusive a violação do direito de amar.

Os elementos motivadores para a elaboração dessa pesquisa foram pautados por diversas faces: além de uma identificação pessoal, enquanto sujeito LGBT, militante de movimentos sociais com ênfase nos Direitos Humanos e na garantia de direitos da população LGBT, sobretudo com atuação na Zona Oeste do Rio de Janeiro, território historicamente desprovido de políticas públicas específicas para esse grupo e com altos índices de violência.

Pautaram-se também o acúmulo de discussões sobre diversidade sexual durante a minha trajetória na LEC e a experiência do debate acerca das diversidades e da inclusão junto ao corpo estudantil do segundo segmento do ensino fundamental da Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio, no município de Japeri/RJ, caracterizada como uma escola do campo e com particularidades típicas de uma periferia; a ausência do debate sobre a diversidade sexual nas escolas, sobretudo em tempos de avanço do conservadorismo na sociedade.

Sendo assim, este trabalho monográfico foi construído sob a perspectiva da discussão acerca da construção social do gênero e a caracterização das identidades, de forma a apresentar o debate sobre como a sexualidade é atravessada por uma lógica de hegemonia e manutenção das relações de poder na sociedade. Nesse contexto é que o referido capítulo aborda questões iniciais sobre a ideia patriarcal de família e seu papel na gestão dos interesses provados.

Da mesma forma, o capítulo ainda sinaliza a diversidade sexual como elemento desviante da lógica conservadora, sendo considerada uma ameaça à estrutura do capital.

Na sequência, o texto faz uma breve análise sobre o espaço escolar e a diversidade sexual e como a instituição escola, na sua natureza tradicional, contribui para a continuidade de um

cenário machista, LGBTfóbico e patriarcal. O estudo revela nesse capítulo algumas falas necessárias ao entendimento dos desafios enfrentados pela população LGBT no espaço escolar, sobretudo por ser uma instituição que reproduz as barbáries da sociedade e, infelizmente, não cumpre um papel humanizador ou mesmo trabalha em uma perspectiva de ruptura no processo de silenciamento e exclusão de tudo que é considerado diferente.

Nos apontamentos sobre Escolas do Campo, o capítulo trata das variáveis existentes entre a origem da educação do campo enquanto símbolo de luta dos movimentos sociais pelo acesso à educação pública, em seu território e a institucionalização das escolas do campo.

Percebe-se, a partir da experiência na escola do campo usada como *locus* da pesquisa, que a institucionalização não trouxe elementos necessários para a construção de uma formação crítica do estudante, sobretudo em uma análise em que se faz sobre a inclusão escolar da população LGBT e o debate que o contexto atravessa, tangenciando questões fundamentais como respeito, tolerância e garantia de direitos.

Essa experiência mais objetiva é tratada no capítulo que discute a abordagem da diversidade sexual na Escola do Campo Tania Mara Carnaval Basílio, considerando os aspectos limitadores que o território possui e dialogando com a realidade do município e de seus educandos em relação aos valores morais construídos por cada indivíduo.

É nesse contexto que apresentamos os resultados de um questionário diagnóstico, instrumento utilizado para analisar informações referentes às percepções de tais educandos sobre o debate da diversidade sexual em um ambiente escolar do campo. A pesquisa realizada com o corpo estudantil nos possibilitou perceber questões importantes e diagnosticar como o discurso hegemônico sobre a diversidade sexual é atravessado por pautas transversais dos sujeitos, tais como religião, percepção quanto à raça, compreensão quanto ao território e a própria identidade sexual – biológica.

Outro elemento fundamental para elaboração dessa pesquisa foi o advento do “Projeto Escola Sem Partido” e sua premissa sobre o elucidado como “ideologia de gênero”, sendo algo recorrente nas salas de aula, tendo como objetivo o mascaramento da proposta de silenciamento das questões pautadas sobre diversidade sexual, tolerância, respeito às diferenças e, sobretudo, humanidade nas relações.

Por fim, as análises realizadas na perspectiva de compreensão do poder hegemônico como uma das faces do patriarcalismo na sociedade.

Percebe-se, então, que mesmo tendo o conceito de educação do campo como uma educação que privilegia a origem dos estudantes, a mesma, quando mergulhada na institucionalidade e afastada da discussão real, corrobora com a reprodução mecânica da invisibilidade e do silenciamento de determinados grupos sociais, como é o caso de LGBT's.

Metodologia

A metodologia proposta para construção dessa pesquisa se pautou na discussão de dados estatísticos e experiências dos estudantes da Escola Municipal Tânia Mara Carnaval Basílio, enquanto escola do campo de Japeri/RJ, assim como o diálogo com referenciais teóricos que abordam questões relacionadas à diversidade sexual e escola.

Como as escolas do campo se enxergam diante do debate acerca das diversas sexualidades dos estudantes? Como essas escolas se preparam para enfrentar desafios acerca das diversidades, considerando a transversalidades temáticas?

Para tanto, utilizamos o instrumento de questionário diagnóstico, aplicado ao corpo estudantil da Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio, de forma a perceber qual é o pensamento que permeia o debate da diversidade sexual naquele determinado grupo.

Foi estabelecido um cronograma para formulação das perguntas, orientadas pelo professor titular da disciplina de história na referida escola. Tais perguntas foram aplicadas a um universo de 123 (cento e vinte e três) estudantes, todos entre 8º e 9º anos, com faixa etária entre 14 e 17 anos, não sendo identificados nas respostas e nem as mesmas tendo sido utilizadas para outros fins que não fossem a pesquisa científica.

Ressalta-se aqui um perfil generalista do corpo de entrevistados nessa pesquisa como um público basicamente negro, oriundos da classe trabalhadora, residentes do município de Japeri e, em sua maioria, identificados como evangélicos protestantes.

Ressalta-se, também, o *locus* da escola enquanto instituição escolar de natureza pública dentro de um contexto histórico de deteriorização dos espaços públicos na sociedade, através da redução de investimentos na educação pública e construção de um imaginário que permeia a ineficiência do público, em detrimento ao privado.

Ressalta-se, por fim, que a Escola Tania Mara Carnaval Basílio localiza-se em um território envolto à violência nos conflitos entre organizações criminosas, imersa em um espaço geográfico pouco desenvolvido, às margens de uma rodovia e bastante afastada do centro urbano. Sua rua não é pavimentada, o que significa um desafio posto aos estudantes e servidores em dias de chuva, já que lamas e poças tomam grande parte da via de acesso á escola e o transporte público até o local é bastante precário.

A aplicação do questionário diagnóstico em questão foi realizada em sala de aula, durante

a disciplina de História, e com a aceitação de todos os presentes, não havendo nenhuma obrigatoriedade nas respostas.

O objetivo central da aplicação desse questionário foi de acumular dados científicos para discussão e análise sobre como o debate da diversidade sexual está sendo construído nas escolas do campo e, sobretudo, quais as necessidades objetivas para a inclusão da população LGBT na escola. Esse estudo se localiza na ideia de contribuição para discussão acerca das políticas de inclusão escolar no que tange a diversidade sexual nas escolas do campo.

Sendo esse um território considerado historicamente mais susceptível à lógica do conservadorismo e, portanto, onde as violações de direitos se configuram de forma mais ácida, o meio rural aponta como um ponto nevrálgico no que se refere à intolerância, sobretudo quando se trata de uma escola convencional e todas as suas contradições.

Pretende-se, logo, analisar como a estrutura político-pedagógica das escolas do campo se enquadra na perspectiva de silenciamento das demandas que a população perfil da diversidade sexual e de gênero apresentam. Pretende-se, por fim, analisar estratégias para o enfrentamento de tal silenciamento e a possível construção de uma pedagogia da diversidade.

Construção Social do Gênero e Caracterização das Identidades

Sob a égide do processo histórico, onde o sistema capitalista traçou a divisão de classes a partir da condição econômica, inserindo ou marginalizando setores da sociedade, nos são apresentadas, todos os dias, as mais variadas formas de exploração dos trabalhadores.

No que se refere ao processo de mundialização do capital, Ianni defende que se trata de uma

ampla e profunda transformação geral envolvendo economia, sociedade, política, cultura, demografia, língua, religiões, etc. Tudo se abala radicalmente de modo desigual e também contraditório. Causa de ressurgências de nacionalismos, localismos, reafirmação de identidades presentes ou pretéritas, surtos de xenofobias, racismos, fundamentalismos, não só religiosos como também culturais. (Ianni, 2004, p. 23)

O avanço do capital, com a perspectiva de globalismo, acentuou essa exploração e apontou novas formas de dominação e manutenção do poder hegemônico, uma delas é a desresponsabilização do Estado em questões fundamentais para a sociedade: políticas públicas. Os Estados Nacionais passaram a cumprir uma agenda política global, comandada pelos organismos internacionais vinculados ao capital financeiro.

Para que a consolidação do capital fosse eficaz, foi fundamental que essa lógica de dominação perpassasse pelas relações sociais num contexto de ordem social, um contexto de padronização destas relações. A ascensão burguesa denota à família a gestão do patrimônio privado patriarcal, pautado não só na propriedade privada, mas como também na proteção de valores morais.

Ao traçar uma perspectiva da relação entre a família e escola no contexto da diversidade sexual é imprescindível fazer recortes sobre que tipos de famílias iremos pontuar. Ou melhor, quais conceitos de família vamos abordar para caracterizar nosso tema.

Para tanto, é importante considerar dois aspectos básicos para o entendimento: 1) a noção de família é uma construção social tendo escopo no pensamento social de um determinado grupo societário; e 2) gênero também se caracteriza por construção social, sendo determinado, portanto, pelas relações dos indivíduos consigo próprio e com o grupo em que está inserido.

Nesse sentido, faremos um breve resgate sobre os conceitos de família e de que forma essa instituição historicamente se incide numa lógica de reprodução do poder hegemônico.

Segundo Perrot(1991), a família cumpriu um papel fundamental na instituição de uma moral:

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. [...] Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza a saúde.(PERROT, 1991. p. 42).

Na engrenagem de avanço do capital privado, um modelo de família que tenha estrutura patriarcal heteronormativa se constitui como sistema econômico de gestão, de forma a solidificar a polarização do sexo e, conseqüentemente a dominação masculina, tornando-se, portanto, padrão social de valores.

Regulamentar a vida privada no seu sentido mais íntimo é, sobretudo, intervir para benefício próprio na construção de uma moral. Obviamente, todo esse valor agregado pelo capital à noção de família patriarcal provém de uma base judaico-cristã que opõe as relações sexuais entre masculino e feminino; entre masculinidade e feminilidade, caracterizando um sistema baseado em hierarquizações e atribuições bem definidas, ao passo que, toda relação social que questione ou fuja à essa perspectiva de padronização tomam para si a insígnia de risco à estrutura de normalidade.

O conceito de família foi sendo moldado às necessidades de reprodução do capital e da ordem social, sendo construída a noção de divisão sexual binária e o desejo heterossexual, não sendo peculiaridade específica da reprodução biológica da espécie humana.

A diversidade sexual, então, tangencia como um desvio intolerável na perspectiva da família patriarcal: afrontam a lógica de constituição de família reprodutora de crianças, gestora de patrimônios e disseminadora da ideia de hierarquização entre os gêneros.

Essa diversidade sexual é composta por uma série de caracterizações e especificidades, de forma que se garanta a inviolabilidade da individualidade dos comportamentos afetivos e sexuais e sua organização se traduz, comumente, em processo contra-hegemônico no sentido de resistência à ordem machista estabelecida.

É impensável fazer uma discussão acerca da diversidade sexual descolada do processo de construção social das identidades de gênero e, principalmente, descolada de uma sociedade com arquitetura machista nas suas relações.

Um dos pontos nevrálgicos dos estudos de gênero consiste exatamente em recuperar a perspectiva de dominação masculina¹ (BOURDIEU, 2002.) do ponto de vista do capital para explicar as violações.

Tendo claro essa análise histórica, o passo seguinte é caracterizar as expressões e identidades de gênero, já que, como o próprio conceito sinaliza, a diversidade sexual é uma gama de comportamentos de indivíduos e de forma alguma deve ser limitado.

Caracterizar uma expressão ou identidade de gênero é, também, uma forma de dar visibilidade a segmentos tão socialmente marginalizados e referenciá-los como indivíduos sujeitos de sua própria transformação. Para tanto, podemos exemplificar tal caracterização da seguinte forma:

- ✓ **Expressão de Gênero;**
- ✓ **Orientação Afetiva-Sexual;**
- ✓ **Identidade de Gênero;**
- ✓ **Sexo Biológico.**

Expressão de Gênero pode ser definida pela forma como o indivíduo demonstra seu gênero. O comportamento que indica sua expressão através de elementos como o modo de agir, a roupa, a fala, entre outros indica a masculinidade, a feminilidade ou a androginia.

¹ O conceito de dominação masculina, trabalhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu aponta essa dominação como uma violência simbólica numa lógica de relação desigual e que se pauta pela sobreposição masculina.

Orientação Afetiva-Sexual se justifica pela direção a qual sua sexualidade está orientada. Trata-se de quem o indivíduo é afetivamente/fisicamente atraído, tendo as vertentes homossexual, heterossexual e bissexual.

Identidade de Gênero refere-se ao grupo em que a pessoa se identifica. É como o indivíduo enxerga e pensa a respeito de si. Identidade de Gênero é uma construção social e vai além do binarismo homem x mulher, mas perpassa também pela transgeneridade, também chamada de transexualidade.

Sexo Biológico é caracterizado pelo órgão genital. É considerada a primeira manifestação de identidade do ser, mas não é única. Também é composto pelos cromossomos e outros fatores biológicos que independem da construção social do indivíduo.

A perspectiva patriarcal do capital é responsável pelo processo de idealização de gêneros binários e exerce forte influência, à partir de seus organismos, na marginalização de qualquer pessoa que se reivindique ou que se mostre diferente desse padrão.

O que ocorre é que as instituições sociais estão mergulhadas nas estruturas ideológicas do capital patriarcal, que, por sua vez, alimentam o machismo na sociedade e geram uma série de comportamentos nocivos à diversidade sexual.

Um estudo da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal aponta alguns índices sobre as violências sofridas por homossexuais brasileiros. O Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil – Ano de 2012 apresenta índices dessas violações e suas características:



Fonte: Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil - 2012. SDH/Governo Federal.
Em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>

Gráfico 1

O mesmo estudo sinaliza ainda que, diante da invisibilização e desconhecimento das transexuais, assim como na subnotificação dos casos nos meios midiáticos, dificilmente se encontram notícias relacionadas à essa parcela da população, sendo caracterizadas, muitas das vezes, no segmento das travestis.(BRASIL, 2012).

Uma verificação desse Relatório indica ainda a identidade das vítimas e, considerando a afirmação acima, é fundamental pensar na perspectiva de análise mais detalhada sobre a população transexual e seu conseqüente reconhecimento identitário.

A análise mostra que mais de 50% das vítimas de violência homofóbica são Travestis (com a ressalva da confusão entre travestis e transexuais). Em sua maioria (41, 29%) são pessoas jovens, com faixa etária entre 19 e 29 anos, vitimizadas geralmente em via pública ou em local não informado, mensurado na faixa de 62,77% dos casos.

Esse dado nos faz refletir sobre o viés da marginalização do segmento T, que, devido à esse processo, busca o trabalho informal como forma de subsistência.

Numa breve análise, em entrevistas com pessoas transgêneras, a caracterização da inserção no mercado de trabalho é tida como uma das maiores dificuldades da fase adulta: NÃO há espaço no mercado formal para pessoas transexuais.

Esse dilema vai além do preconceito existente na sociedade e, sobretudo, nos empregadores. Outro grande problema é caracterizado pela dificuldade na formação escolar e conseqüentemente na qualificação dessas pessoas.

No processo de mundialização do capital, já observado anteriormente, a perspectiva do acúmulo de riqueza da classe hegemônica se pauta na exploração da força de trabalho dos trabalhadores, é o trabalho que divide os homens em classes. Nesse contexto, com a tecnologização dos processos de produção, o capital impõe uma qualificação mínima para que esse trabalhador se mantenha no mercado de trabalho.

Essa é a lógica da educação para o trabalho, onde a educação para os pobres é pautada numa necessidade de absorção rápida da força de trabalho, diferentemente da educação erudita, voltada para a classe dominante, na formação de líderes e pensadores que continuarão a lógica de dominação.

Nesse contexto, Saviani pontua que

a escola, desde as suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento de preparação dos futuros dirigentes que exercitavam não apenas as funções de guerra(liderança militar), mas também funções de mando(liderança política), por meio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais(SAVIANI, 2007, p.157)

Pois bem, mesmo considerando o espaço escolar uma reprodução ideológica do capital e um ambiente voltado à formação robotizada de trabalhadores, na sociedade atual é o mínimo para a subsistência das pessoas.

À medida que esse espaço escolar marginaliza as pessoas ao ponto de as tornarem corpos estranhos àquele ambiente, é negada até mesmo a ideia de educação para o trabalho.

No caso de travestis e transexuais que, no geral, têm seus processos de transição de gênero e manifestação de identidade em período escolar, esse movimento é mais evidente. Vários são os casos de adolescentes que, ainda inseridos em espaço escolar, tiveram iniciados seus processos de transição e manifestação e, por esse motivo, foram alijados desse ambiente sob o argumento do transtorno causado ao coletivo e da segurança do próprio indivíduo.

Segundo o relato do jovem O.B., homem trans de 26 anos e morador de Paciência, “a escola tenta expurgar a pessoa trans no sentido de se livrar do problema e acaba dificultando a vida dessa pessoa”.

O jovem trans G.P., de 19 anos, estudante de Ciências Sociais da UFRRJ, preconiza a importância da flexibilidade institucional como forma de manutenção do estudante no ambiente escolar.

Segundo o aluno, que teve o início de sua transição de gênero aos 14 anos de idade, a escola, que deveria acolher esse estudante que, na grande maioria das vezes é abandonado pela própria família, é revitimizado com uma violência institucional. O discurso das escolas permeiam os dispositivos legais e a dificuldade de adaptação estrutural á necessidade da pessoa trans.

A dificuldade de se manter inserido no ambiente escolar é muito difícil, já que a primeira violação acontece com o não reconhecimento da identidade daquela pessoa. “Como poderia entrar em sala de aula com estereotipo feminilizado e ser chamada na lista de presença por um nome masculino?”, questiona a jovem S.M., mulher trans moradora de Santa Cruz.

Em consonância com a Resolução nº 12 de 16 de Janeiro de 2015², do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNDC/LGBT, que trata da garantia do acesso, permanência, reconhecimento institucional da identidade de gênero de pessoas nas unidades de ensino, todas as instituições de educação deveriam adaptar sua estrutura física e administrativa para acolher a população que tenha identidade de gênero não reconhecida nos espaços sociais, contudo, tanto a restrição da utilização do nome social, quanto a proibição do uso de banheiro compatível com sua identidade ainda são exemplos de uma legislação que está aquém da realidade da burocracia machista e homofóbica das instituições de ensino.

Esse processo de invisibilização institucional acarreta num grande distanciamento do indivíduo em relação ao espaço escolar, obrigando a população trans a recorrer junto ao mercado informal para garantir sua subsistência.

² Ver: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em 15/09/2019.

Espaço Escolar e Diversidades Sexuais

Um ambiente que deveria ser o local de compreensão e tolerância frente a gama de indivíduos que nela se inserem é, talvez, a instituição que mais segrega e marginaliza as diferenças. A Escola, enquanto espaço formativo não contribui efetivamente para a construção de valores que busquem romper com a lógica classista, machista, homofóbica e patriarcal.

Essa instituição foi concebida sob a perspectiva da fragmentação desde seu início, já que na Escola foram adotados instrumentos eficazes de classificação, ordenamento e hierarquização, onde, segundo Louro(1997, p. 57) “[...] escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas[...].”

É importante salientar que essa ideia de separação por modalidades diversas, seja por gênero, seja por idade ou classe social foi, ao longo do tempo perpetrada em uma culturalização escolar.

Trata-se de algo muito comum observar as mais variadas escolas com seus mais diversos projetos pedagógicos reproduzindo todo aporte conservador que a sociedade patriarcal sugere.

Se as mais variadas diferenças são minimizadas no ambiente escolar, de forma que a nata desse espaço formativo seja aparentemente homogênea, uma família que destoa da configuração padrão obviamente é posta no campo da marginalidade.

A Sra. D., juntamente com sua companheira, as quais adotaram 2 filhas, hoje adolescentes, sinalizam que, embora não tenham sofrido, até o presente momento, retaliação por sua configuração familiar por parte da escola, questionam comemorações e trâmites burocráticos dessa instituição engessada pelo modelo conservador de família e, sobretudo, a forma como o preconceito se apresenta nas relações interpessoais dentro e fora da sala de aula: “Ao mostrar uma foto do meu casamento com minha esposa, minha filha foi surpreendida por um colega de sala que insinuou uma discurso homofóbico e machista”³, sendo que tais

³ Notícia fornecida pela Sra. D., entrevistada pelo autor para discussão de tema referente às famílias homoafetivas nas escolas. Por motivos éticos, a identificação da entrevistada foi preservada. Entrevista realizada em 16 de agosto de 2018.

comportamentos nem sempre são dialogados com os professores e/ou responsáveis das alunas e alunos.

É fundamental que a escola cumpra seu papel no processo de inserção social da criança e do adolescente, assim como de formar pessoas com uma visão ampla da sociedade, sobretudo nas diversidades que esta apresenta.

Outra fala que materializa bem o que deveria ser o papel da escola junto às famílias é a da Juíza de Direito C. Cordeiro que, em entrevista ao autor, ponderou que a escola precisa estar ciente de que família é o núcleo onde a pessoa se sente à vontade, sendo um retrocesso grande se limitar à ideia de relação pai-mãe-filhos.

Um desafio que está posto para grande parte dos profissionais que atuam nas escolas é a falta de uma política de formação continuada que contemple a diversidade sexual e de gênero. É preciso que as secretarias de educação construam agendas políticas de formação sobre os direitos das pessoas LGBT's e seus familiares.

Não é raro encontrar profissionais que, diante de demandas específicas, tanto de alunas e alunos, quanto de famílias LGBT's, não saibam agir ou desconheçam legislações que garantam os direitos desses grupos. Para tanto, a escola deve criar mecanismos que atendam toda essa diversidade.

Vale ressaltar que entende-se o racismo, a homofobia, a violência de gênero, a lesbofobia e a transfobia como ramificações de violação de direitos próprias de uma estrutura machista intrínseca a uma sociedade de classes, portanto, não cabe aqui culpabilizar o profissional que atua nas unidades escolares, mas entendemos que tal profissional não pode, de forma alguma, furtar-se do cumprimento de seu papel na construção conjunta de sujeitos empoderados e críticos.

É possível perceber que a perspectiva escolar é eficaz no cumprimento do processo de silenciamento e repressão de tudo que é considerado fora da ordem. Sob a luz de regras disciplinares dispostas em projetos políticos e estatutos, as diversidades mais latentes vêm sendo constantemente amordaçadas.

Nesse contexto é de grande importância que o educador se posicione. Escola é espaço de conflito ideológico. De disputa de pensamentos e de diversidade de ideias. O educador deve estar situado no campo da pluralidade. Mesmo sabendo que as estruturas convencionais

transcendem o ato de ensinar e educar, tal profissional assume o dever de contribuir para a transgressão de normas impostas pelo patriarcado e pelo conservadorismo.

O retrocesso que permeia a sociedade em geral também paira sobre a escola. Não é à toa que, ao mesmo tempo em que o poder legislativo discute a aprovação do Estatuto da Família, citado anteriormente, também aprofunda a discussão do Projeto de Lei 867/2015 - Escola Sem Partido que, por coincidência ou não, é conduzido pelo mesmo grupamento político defensor do Estatuto da Família.

Tal projeto visa normatizar a prática docente e neutralizar o plano pedagógico das escolas brasileiras, eximindo o pensamento crítico e a capacidade de apreensão da realidade como eixos fundamentais do processo formativo. O Programa Escola Sem Partido prevê uma escola que não aborde a diversidade de gênero ou discuta em sala de aula temas tão importantes quanto à diversidade sexual e, por conseguinte, o respeito e tolerância, justificada por uma suposta “moral sexual incompatível com os que lhes são ensinados por seus pais e responsáveis”. (BRASIL, 2015, p.4)

Nesse contexto que a escola aprofunda seu caráter normatizador e disciplinador, quando deveria ater-se à formação de pessoas críticas e sujeitos ativos no processo de transformação da sociedade. Agentes compreendedores da realidade humana e organizados quanto à dimensão política de seus direitos.

Ao longo da história é possível perceber o quanto a instituição da Família foi moldada para servir aos interesses de poderes hegemônicos e solidificar a perspectiva da manutenção e exploração da classe trabalhadora, cunhando tais preceitos conservadores no ambiente mais íntimo do indivíduo: seu lar. Da mesma forma, esse poder hegemônico tratou de construir, também ao longo do tempo, mecanismos de marginalização, invisibilização e até mesmo repressão da população LGBT que se empoderava através da luta por direitos fundamentais. Em um outro enfoque, mas não diferente, a escola reproduz todo arcabouço dogmático que essa sociedade conservadora construiu, sendo eficaz no processo de neutralização de tudo que possa se apresentar como um atentado à ordem instituída e aos valores convencionais da sociedade.

Sobre a educação, Adorno analisa que:

A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam

crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância.(Adorno, 1995, p. 121-122).

Sendo assim, é nessa perspectiva de uma escola humanizada de Adorno, que percebemos a necessidade do aprofundamento do debate acerca da diversidade sexual na escola. Sobre tudo um debate que concentre o respeito e a tolerância ao diverso na primeira infância, de forma que aprendam bem cedo a não cometer barbáries quando adultos.

Contudo, o que se percebe é uma escola omissa diante das violências praticadas contra a população LGBT. Uma escola que não aprendeu a dialogar com a diversidade e que, diante de sua inabilidade, silencia.

É essa escola que torna possível o suicídio constante de pessoas LGBT's por não se "adequarem" ao padrão. É essa escola que finge abafar as diferenças contribuindo para a falta de diálogo e intolerância. É essa escola que ajuda a formar assassinos de tudo que destoa do considerado exemplo: pessoas negras, LGBT's, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas oriundas do Nordeste e todos os outros grupos historicamente não reconhecidos.

Escolas do Campo – Entre a resistência e a institucionalidade

A Educação do Campo pode ser caracterizada como um fenômeno protagonizado por trabalhadores do campo e suas organizações sociais com a proposta de políticas públicas que garantam o direito à educação para tais trabalhadores, assegurando a permanência no seu território através de pedagogias específicas que atendam suas peculiaridades enquanto estudante-trabalhador.

Algumas das concepções que pautaram a emergência das escolas do campo foram a polarização ao projeto hegemônico de educação proposto pelo capital e no desenvolvimento de instrumentos pedagógicos que garantam uma formação humana e integradora da classe trabalhadora a partir da ideia de superação do capital e suas perspectivas da barbárie.

É nesse contexto de lutas que a educação do campo se localiza como marco central da educação para trabalhadores rurais: uma escola construída sob a perspectiva da compreensão da realidade de cada estudante e sob a ótica de uma educação transformadora.

Essa perspectiva de educação que viesse a reparar uma marginalização histórica dos povos tradicionais, representados por quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, assentados, pescadores, agricultores, entre outros sujeitos, da educação foi amplamente construída com suas bases em diversos movimentos sociais organizados.

O contexto da mobilização em torno da Educação do Campo se deu a partir do entendimento de que, o projeto de Educação Rural, vigente até então, trabalhava sob a perspectiva de uma educação nos mesmos moldes da educação oferecida nos espaços urbanos. Ou seja, uma educação que subjugava a identidade do homem do sujeito do campo enquanto sujeito histórico e com especificidades inerentes à sua condição e sua origem.

A Escola Rural, então, aponta como uma escola que não percebe a condição dos filhos de camponeses, tendo, muitos deles, o desafio de estudar e trabalhar no campo com suas famílias, fato esse que ocasiona um alto índice de evasão escolar.

Outro fator importante das escolas rurais era a ideia de uma escolarização técnica que não valorizava os saberes tradicionais do povo e, portanto, desconhecia a realidade a qual os educandos estavam inseridos.

Após grandes discussões que envolviam diversos segmentos dos movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST), que agregavam também

fóruns de discussão com educadoras e educadores da Reforma Agrária, acumulando discussões acerca de um conceito de educação voltada para os trabalhadores do campo, que ressignificasse a ideia de conhecimento e, principalmente, tivesse uma ótica de inclusão escolar de grupos historicamente marginalizados, é que aconteceu, em 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Essa ressignificação trouxe o debate do conceito da Educação do Campo no documento referencial do evento, com base na citação a seguir:

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não mais a usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de *camponês*. (Kolling, Nery e Molina, 1999, p.26)

Sendo assim, a escola do campo foi concebida enquanto pilar de resistência e luta pela valorização da identidade dos povos tradicionais em uma perspectiva de educação popular voltada para a classe trabalhadora e toda sua diversidade.

Em 2002, foram criadas as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo”, pelo Conselho Nacional de Educação. Normas técnicas que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes curriculares vigentes.

Uma das pautas de tais diretrizes para as escolas do campo situava o debate no contexto do respeito às diferenças e a contemplação de vários aspectos das diversidades, como expresso no Artigo 5º:

“As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do

campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. ” (BRASIL, 2002)

Se pensarmos na perspectiva do advento das escolas do campo como garantia do acesso de grupos historicamente marginalizados à educação e um contexto de luta contra a barbárie, premissas expressas nas diretrizes operacionais como “respeito às diferenças” e “direito à igualdade” seriam redundantes.

Contudo, entendendo que a institucionalização das escolas do campo trouxe também a reprodução de questões sociais expostas pela sociedade capitalista e, considerando que esse território do campo não está descolado de toda uma estrutura societária onde as contradições do capital atingem também as relações humanas, essa escola do campo, mesmo tendo sido forjada em uma perspectiva humanizadora, agrega em si alguns elementos nevrálgicos da mazela capitalista.

Caldart(2012) analisa que a educação do campo transita no contexto societário a partir da correlação de forças posta na sociedade, de forma que

[...] as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação de diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento.[...](CALDART, 2012, p. 260)

O campo resvala uma sensação de convencionalidade. Ainda considerado território onde o patriarcalismo se faz mais presente e seus tentáculos são mais operantes naquela sociedade do que em centros urbanos.

Nesse sentido, esse estudo procura sinalizar alguns dos desafios enfrentados pelo projeto de Educação do Campo - enquanto política de inclusão de determinados grupos historicamente marginalizados na educação; enquanto construção dos movimentos sociais e

toda sua diversidade identitária; enquanto processo de ressignificação de paradigmas quanto à valorização do trabalhador do campo e defesa de direitos fundamentais à pessoa humana - numa perspectiva de educação que inclua todas as diversidades.

Caldart(2012, p. 262), ainda sinaliza que a “Educação do campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas.”, e completa afirmando a Educação do Campo “[...]em uma perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana a longo prazo.”

No contexto de uma educação voltada para a formação de um sujeito histórico, crítico e, sobretudo, humano, é que pontua-se o debate em torno da inclusão da diversidade sexual nas escolas do campo.

Registra-se a Educação do Campo enquanto fenômeno recente no Brasil, datado no fim da década de 90. Mesmo contexto de avanço neoliberal, de perdas de direitos e de polarização política em torno de questões específicas, inclusive do próprio movimento LGBT enquanto movimento político.

Sendo assim, a crítica em torno da ausência de debate sobre as questões da diversidade sexual e de gênero nas escolas do campo devem ser cuidadosamente aplicadas, já que se trata de um movimento em consolidação e que transita em espaços contraditórios, tais como gestões municipais ligadas à grupos conservadores.

De qualquer forma é importante citar avanços, como o processo de amadurecimento e discussão sobre diversidade sexual e de gênero dentro do MST, conforme ocorrido no 1º Seminário “O MST e a Diversidade Sexual⁴”, realizado em 2015, tendo claro que, a luta pela diversidade sexual e de gênero também deve estar inserida na luta pela terra, na luta pela reforma agrária e na defesa de transformações sociais mais amplas, como objetivos do movimento.

A importância desse debate no interior do MST transcende o prisma das lutas populares em torno do direito à terra, já que, o próprio MST foi um dos movimentos fundamentais na articulação para a construção de políticas de Educação do Campo, tendo uma forte inserção nos territórios rurais por todo país e, grande parte de seus componentes, serem potenciais educandos das escolas do campo.

⁴ O debate referente à Diversidade Sexual e de Gênero no MST foi publicado no Caderno de Formação n. 5 da entidade, em Janeiro de 2017 e está disponível no endereço: <https://docero.com.br/doc/5ens18> . Acesso em 13/12/2019.

Ainda que os movimentos sociais dialoguem bastante com as questões da diversidade sexual e de gênero, as escolas do campo, no seu processo de institucionalização, ficam reféns das gestões do poder executivo municipal. Ainda que haja normativas para a execução de políticas educacionais do campo, como é o caso das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, esse processo de institucionalidade faz com que, em alguns casos, a escola do campo seja um mero instrumento de reprodução da educação tradicional e que nela contenham as mesmas contradições de uma escola conservadora.

Para essa análise, utilizamos como marco a escola do campo Tania Mara Carnaval Basílio, em Japeri/RJ, para colaborar com a narrativa da importância do debate acerca das diversidades no campo.

Diversidade Sexual e Escola do Campo: um retrato de Japeri.

Adorno(1995, p. 155) aponta que “desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie.”

A reflexão de Adorno sobre a materialidade do enfrentamento da barbárie pela educação, seja talvez, o grande ponto de discussão de educadores e educadoras, sobretudo quando o local onde se leciona seja marcado por constantes barbáries.

Japeri é um município localizado na baixada fluminense, historicamente um bolsão de pobreza no Rio de Janeiro. Uma região marcada pela ausência de políticas de Estado e com altos índices de violação de direitos.

O município aparece em 83º lugar no IDHM⁵(Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a pesquisa do IBGE de 2010.

Segundo ainda a mesma pesquisa do IBGE, embora o município de Japeri tenha, proporcionalmente, uma grande área de produção agropecuária, quase 2.000 hectares. Não consta população domiciliada em área rural, ou seja, a totalidade da população de Japeri, pelo prisma do IBGE, é urbanizada.

Essa informação não reflete a realidade do município, sobretudo do território pesquisado, onde a Escola Tânia Mara está localizada.

A referida escola está situada em uma região mais afastada do centro do município de Japeri, às margens de uma rodovia, em uma rua sem pavimentação e com acessibilidade bastante precária.

Em dias de chuva, não há acesso de transporte público no local, fazendo com que educandos e educadores sejam obrigados a caminharem por metros em meio à lamas e poças de água e barro para entrarem na instituição.

O bairro onde a escola está situada é bem pobre. Além da falta de saneamento básico na maioria das residências do entorno, a criminalidade se faz presente, causando uma sensação grande de insegurança para a comunidade escolar.

⁵ Dados obtidos no site do IBGE. In: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>

A estrutura da escola é bastante precária também. A grande maioria dos educandos entrevistados nunca havia ido a um cinema ou teatro; poucos relataram ter visto prédios altos e uma parcela considerável auxilia a família com trabalhos ligados à produção agrícola como aditivo na renda familiar.

Esses relatos aproximam o perfil de educandos da Escola Tania Mara Carnaval Basílio de muitos outros educandos de outras escolas do campo do país, o que evidenciou uma pergunta inicial sobre a natureza do território em que residem.

Mesmo com a pesquisa do IBGE sinalizando outra visão, como afirmado anteriormente, utilizaremos aqui, também, os resultados de uma pesquisa alternativa realizada com os próprios estudantes com suas percepções sobre seu lugar de moradia.

Na pesquisa, foi perguntado se as pessoas participantes consideram seu território rural ou urbano.

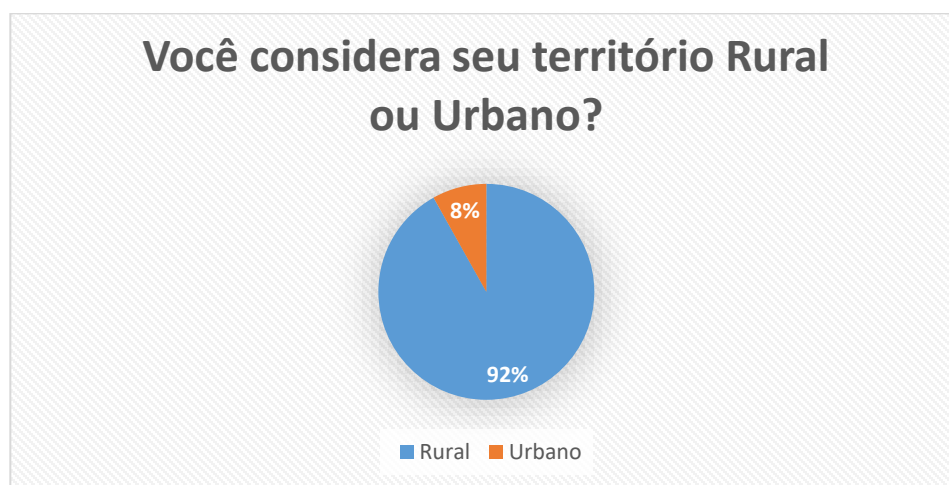


Gráfico 2

Ao considerar o território onde vivem como rural, essa maioria apresentada no resultado estabelece mais que um conflito entre os dados apresentados pelo órgão oficial de pesquisa censitária, o IBGE. Essas pessoas destacam nas respostas uma condição que os remete à identidade cultural do território. Uma noção de que o modo de vida do campo, naquela realidade, está mais aproximado deles do que um modo de vida urbanizado.

Essa ideia de pertencimento a uma comunidade do campo é importante para se delimitar o perfil de pensamento ao qual o estudante da Escola Municipal Tânia Mara, enquanto escola do campo, estabelece sua relação território-indivíduo.

No contexto da educação, Japeri posiciona-se em 64º lugar no IDEB(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – Anos finais do ensino fundamental, dentre os 92 municípios do estado, de acordo com a pesquisa do IBGE citada anteriormente.

Percebe-se, então o retrato de vulnerabilidade que a população de Japeri está submetida. Aliado ao fato da violência no município ser motivo de repercussão, essa população ainda sofre com recentes inconstâncias na gestão executiva municipal.

É nesse contexto que atuamos junto à Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio, como residentes pedagógicos da Educação do Campo, através do Programa residência Pedagógica, vinculado à CAPES e com objetivo de imersão pedagógica de estudantes de licenciatura dos períodos finais, de forma a conhecer a dinâmica escolar e toda rotina didático-pedagógica que a função de professor exige.

Os residentes pedagógicos concentraram suas atividades na disciplina de História nos anos finais do ensino fundamental, tendo realizado ações de regência, avaliação, escuta e acolhimento, planejamento de atividades extra-classe e diálogo com a gestão escolar.

A escassez de políticas públicas se reflete no cotidiano escolar: aqui nos remetemos à um corpo estudantil bastante carente, na sua totalidade oriundo da classe trabalhadora, com pouco acesso à informação e desmotivado quanto aos anseios.

Uma das atividades do Programa foi a aplicação de um questionário diagnóstico nas turmas de 8º e 9º anos, de forma a ter uma radiografia socioeconômica de tais estudantes e sinalizar quanto à necessidade de aplicação de políticas públicas.

O objetivo central desse questionário foi perceber o perfil dos estudantes em suas mais diversas realidades e dimensões.

Perguntas como “Qual a sua religião?”, ou mesmo “você conhece alguém que foi pai/mãe na adolescência”, nos remeteram a uma realidade que, por vezes, não enxergamos na rotina do trabalho pedagógico.

Outras perguntas também foram aplicadas, tais como: “Você acha que homossexuais desfrutam dos mesmos direitos de heterossexuais?”; “Na sua opinião, casais homossexuais poderiam adotar crianças?” e ainda “Você acha que deveriam haver disciplinas e atividades

relacionadas à gravidez precoce, infecções sexualmente transmissíveis e diversidade sexual nas escolas?”

Nas mais variadas respostas, pudemos perceber o quanto todo conservadorismo existente na sociedade se revela em preconceito reproduzido pelos adolescentes que responderam o questionário. Evidentemente que tais respostas só reforçam a necessidade de se dialogar mais sobre as questões pontuadas já que é a sala de aula o espaço de conflito de ideias e diversidade de pensamento. É, sobretudo, a sala de aula de uma Escola do Campo, o espaço de construção de pensamento e identidade, tenha ela a especificidade que for.

Cabe, então, a nós, educadores, pensarmos políticas de inclusão escolar de forma mais ampla, garantindo a execução de atividades nos Projetos Políticos Pedagógicos e nas diretrizes curriculares, tornando-nos resistentes frente à lógica de intolerância que vem sendo pregada.

Totalizamos 123 estudantes divididos entre 8º e 9º anos do ensino fundamental entre as pessoas entrevistadas. As mais variadas respostas nos fizeram refletir sobre como questões fundamentais da sociedade são trabalhadas em sala de aula, ou mesmo como outras questões, tão fundamentais, deixam de ser objeto didático por valores morais e culturais, causando, por vezes, lacunas inexoráveis na formação humana de tais estudantes.

Sobre a questão da diversidade sexual essas lacunas se mostram bem mais expostas. Se, de um lado, pairam nuvens de ideias conservadoras e intolerantes como a Lei da Mordada do Escola Sem Partido, por outro lado, também, a estrutura educacional convencional pouco permite ao docente estabelecer um vínculo mais próximo no que se refere à humanização da relação professor-aluno.

Estabelecemos uma série de perguntas no questionário. Esse estudo vai se ater tão somente aquelas que nos trazem material de análise do objeto de estudo desta pesquisa.

Em uma primeira categoria de análise, perguntamos o sexo biológico, para fins de comparação e discussão acerca de quem é nosso público alvo. Dentre as pessoas entrevistadas, obtivemos uma pequena maioria feminina:

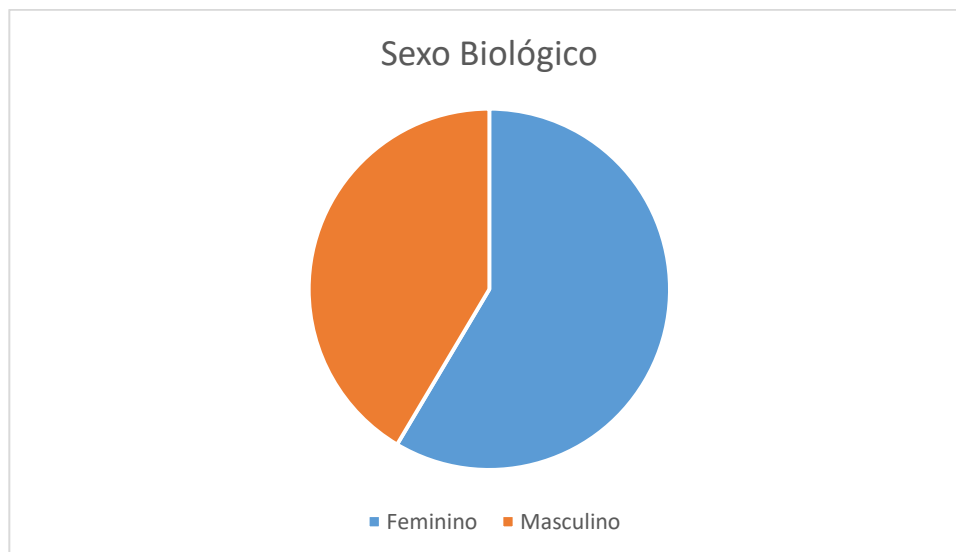


Gráfico 3

O gráfico nos remete à uma realidade inversa presente na pesquisa censitária do IBGE, a qual mostra uma pequena margem favorável para o sexo biológico masculino inserido na escola no Município de Japeri.⁶

Cabe ressaltar que, diferentemente de outras escolas do campo em que a correlação de força entre os sexos biológicos sejam mais acentuadas devido ao imaginário da pessoa do sexo biológico masculina responsável pelo trabalho braçal, há peculiaridades na Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio que permitem desvios nessa proporção. Uma dessas peculiaridades é o fato de que muitos dos adolescentes entrevistados têm suas atividades laborativas de natureza informal, além da proximidade com espaços urbanos e a rigidez das leis de proteção ao trabalhador.

Outra pergunta selecionada para esta pesquisa foi sobre a cor, de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE. Nas respostas, pudemos observar algo curioso. Mesmo visualmente identificando a grande maioria como pessoas negras, essas, se enxergam de uma forma diferente.

⁶ Censo IBGE de 2010. Amostra sobre Educação no Município de Japeri. Em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/pesquisa/23/22469?detalhes=true>. Acesso em 09/11/2019.

Esse dado nos remete à reflexão sobre a condição da pessoa negra em uma sociedade racista, onde sua identidade racial é construída sob a perspectiva do embranquecimento da população:

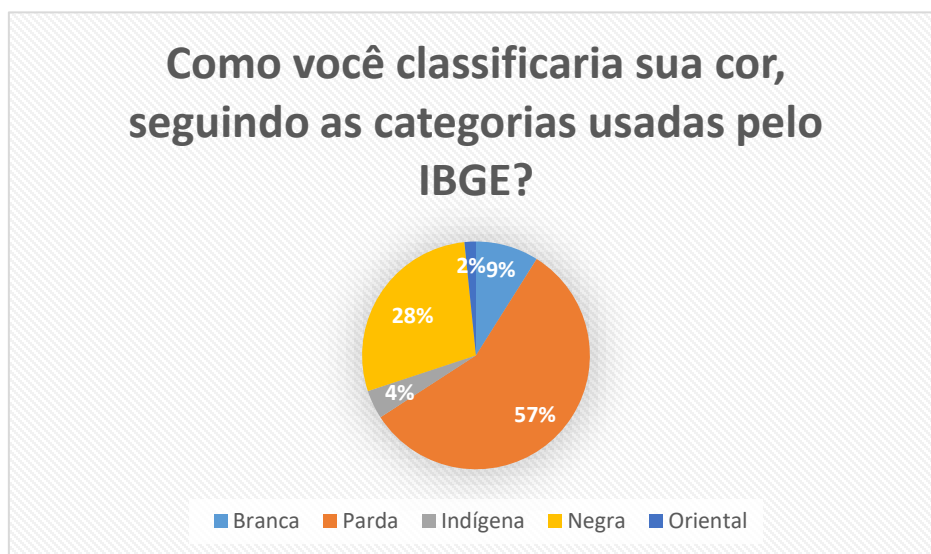


Gráfico 4

Os resultados indicam uma imensa maioria negra/parda, correspondente à 85% das pessoas entrevistadas. Sendo que se faz necessário perceber que essas respostas foram construídas em um ambiente que, mesmo com ampla maioria de negrEs, o reconhecimento de sua identidade racial é motivo de chacota. Isso nos faz refletir ainda sobre o papel da escola no processo de discussão acerca do racismo, tão presente na sociedade e, provavelmente, tão comum na vida desses adolescentes.

Para Adorno(1995, p. 28), “O gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça.” Esse perdão citado por Adorno pode ser facilmente aplicado à herança pós escravidão no Brasil e todo processo de branqueamento da sociedade. É nessa perspectiva que foram criados conceitos de colorismo para mascarar a realidade racial brasileira, de forma que, até os dias atuais, reconhecer-se como negro ou negra significa um tabu e causa para muitos uma sensação de menosprezo.

Para tanto, o resultado indica uma maioria “parda”, que a olhos críticos, seriam perfeitamente categorizados como uma maioria negra.

Essa citação de Adorno indica um retrato bastante comum na sociedade brasileira com o discurso da negação da existência de racismo e da questão da contrariedade às cotas raciais no acesso à educação. Não basta dizer que a escravidão acabou para que as feridas sociais daquela barbárie sejam apagadas. É preciso lembrá-las e não repetí-las.

Outra pergunta que nos fez pensar bastante sobre o retrato desses estudantes foi sobre a religião. Essa carga cultural explica muitos dos valores e comportamentos existentes na sociedade e, no caso deles, não seria diferente.

Sendo assim, perguntamos qual era a religião de cada pessoa, considerando algumas das mais praticadas e as pessoas sem religião.

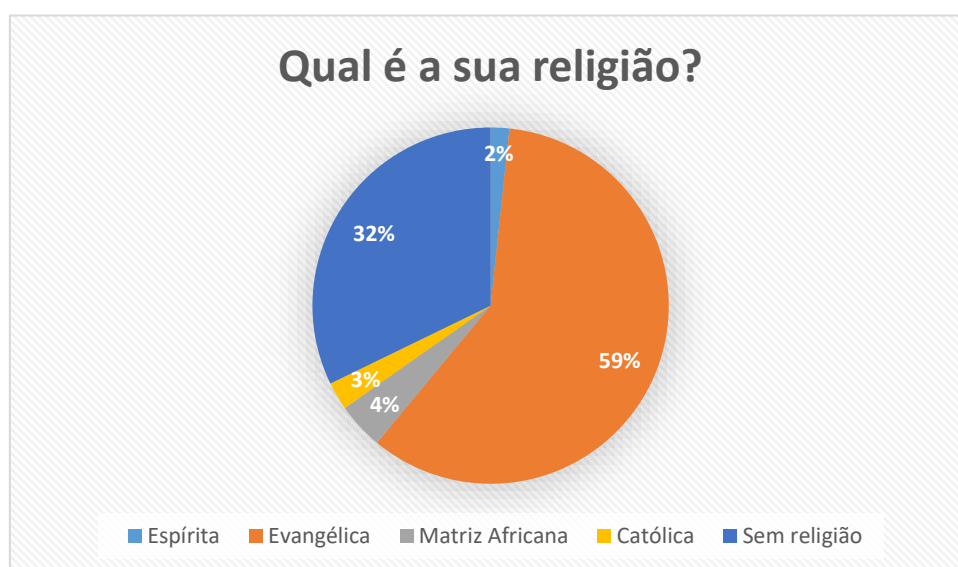


Gráfico 5

No cenário referente à religião, é fundamental esclarecer alguns pontos: de forma alguma se pretende justificar quaisquer que sejam os atos pela religião de cada pessoa. A ideia central aqui, reforçando o objetivo da pesquisa, era traçar um perfil do estudante dos anos finais do ensino fundamental da Escola Tania Mara Carnaval Basílio diante de questões que envolvem diretamente o comportamento humano.

Outro esclarecimento é o fato da existência de outras religiões não listadas nos resultados devido a não haverem praticantes declarados na pesquisa.

Faz-se necessário também esclarecer que as religiões de matriz africana aqui listadas compreendem a umbanda e o candomblé.

O pressuposto da teoria crítica, trabalha com a religião a partir de um elemento presente na sociedade, sendo, portanto, uma categoria de análise. Essa dimensão, portanto, não pode, de forma alguma, nos remeter a uma religião isenta de ideologia. Pelo contrário, a religião compreende um papel fundamental na disseminação de ideias e valores na sociedade, muitas vezes, responsáveis pela construção de pensamentos.

Sobre religião e sua relevância estratégica na sociedade, Adorno destaca:

O importante papel cumprido por ministros religiosos do passado e da presente difusão da propaganda fascista e seu contínuo uso da religião sugere marcadamente que a tendência geral à diferença religiosa não significa que haja uma ruptura total entre as convicções religiosas e o problema que constitui o objetivo de nossa investigação. (ADORNO, 1965, p. 679)

Esse pensamento de Adorno nos remete, imediatamente, à conjuntura atual em nosso país e a perspectiva de hegemonia do capital a partir de uma lógica de manutenção de poder que atravessa o campo da religiosidade. É nesse âmbito que, assim como aconteceu com a propaganda fascista da Alemanha nazista, aqui no Brasil governos são eleitos com narrativas envoltas de religiosidade e é nesse bojo que fenômenos sociais são construídos de forma a violar direitos de outras pessoas em nome de sua própria fé.

Uma outra pergunta trabalhada na pesquisa, que, a priori, não tem ligação direta com a questão da diversidade sexual, mas tangencia o debate sobre a importância da educação sexual nas escolas é se a pessoa entrevistada conhece alguém que tenha se tornado pai/mãe na adolescência, seguida por outra pergunta, em caso afirmativo, sobre o que a pessoa entrevistada acha que pode ser feito para evitar a maternidade/paternidade precoce.

Os resultados foram bastante curiosos.

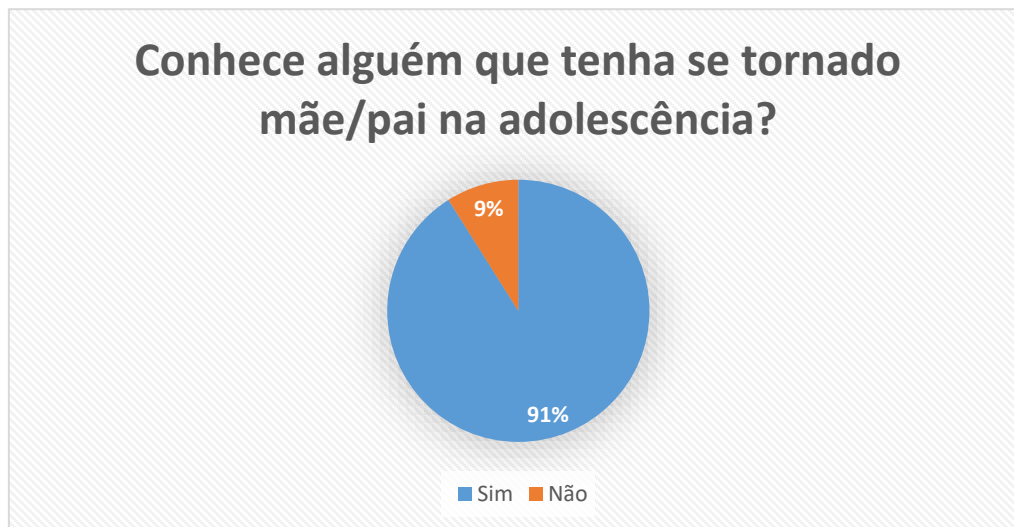


Gráfico 6

Esse resultado nos remete diretamente a um questionamento sobre o papel educador e humanizador da escola. Considerando o contexto de pobreza extrema que muitas pessoas entrevistadas vivem, sabe-se que a grande maioria das pessoas identificadas para a resposta dessa pergunta trata-se de indivíduos próximos, das próprias famílias e círculos de amizade.

Sendo assim, percebe-se o quanto a escola poderia contribuir no debate acerca da sexualidade. Não no sentido de fomentar nenhuma prática, mas sob a perspectiva de educar para a vida, de educar para a sua realidade, de contribuir para sua formação enquanto pessoa humana.

Como citado, as respostas positivas foram seguidas de uma outra pergunta e com resultados bastante plausíveis e reveladores. Entre eles:

“Respeitar mais os pais, pois todo mundo sabe o que é certo e o que é errado...” Adolescente menino de 15 anos.

“Tomar vacina, tomar remédio, usar camisinha...” Adolescente de 15 anos.

“A mãe tinha que cuidar mais e não deixar ela sair à noite...” Adolescente menino de 14 anos.

“Nada pode ser feito. A escolha é da pessoa...” Adolescente menina de 16 anos.

Essas são só algumas das respostas das pessoas pesquisadas. Tais resultados nos levam a repensar o papel da escola quando se é restrito a uma educação meramente conteudista. A escola vai além. A escola deve transcender seus muros e fazer parte do cotidiano da sociedade a qual está inserida.

Nesse aspecto, assusta o discurso punitivo a quem, porventura, não teve acesso à políticas públicas de saúde sexual ou reprodutiva. Assusta a fala conservadora, carregada de preconceitos e informações deturpadas. Contudo, essas falas reforçam também a necessidade da construção de diretrizes pedagógicas que dialoguem com a realidade sexual desses adolescentes e que trabalhem no sentido da tolerância ao diverso, do respeito, da inclusão e acolhimento e, sobretudo, do autoconhecimento, seja do próprio corpo, sejam dos próprios direitos.

Em outra pergunta, sobre casos de LGBTfobia dentro da escola, a resposta foi categórica.



Gráfico 7

As falas sobre os casos de LGBTfobia aqui representadas sinalizam o quanto o debate acerca da diversidade sexual nas escolas é urgente. É um debate que precisa envolver toda comunidade escolar e a sociedade como um todo. As narrativas vão desde uma tentativa de desqualificação, por xingamentos ou insultos e zombarias, até casos mais graves de agressão física.

Há relatos de que tais agressões psicológicas são feitas até mesmo a quem não se reivindica LGBT, mas que, por algum motivo, acaba tendo uma conotação homossexual como xingamento.

Infelizmente a gestão escolar não estabelece uma agenda eficaz de combate às violências contra a população LGBT, sobretudo para dialogar o básico, onde chamar alguém de “gay” não se pode considerar ofensa, contudo esse gesto quase nunca vem despido de uma construção social baseada no ódio e na intolerância.

Outra consideração de Adorno argumenta que: “Um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo — seja isto verdade ou não — felizes.”(ADORNO, 1995, p. 121).

Tal consideração aguça a reflexão em torno de como a LGBTfobia se caracteriza em uma violência contra, simplesmente, aquilo que é considerado o íntimo de um indivíduo. Por vezes, o jeito de andar, a forma de falar, a maneira de se vestir, ou seja, tudo que faz parte do universo mais intimista de uma pessoa se justifica na mente do agressor como motivo para a prática da violência.

A perspectiva da teoria crítica estabelece uma escola humanizadora. Uma escola que, portanto, respeite as diferenças e nunca estabeleça canais com a barbárie. Para isso, Adorno cita a educação na primeira infância como instrumento essencial para a formação humana.

Adorno nos ajuda a pensar uma escola que dialogue desde os anos iniciais sobre a tolerância e o respeito. Sobre o conhecimento, que é antagônico à ignorância. Sobre a necessidade de intervir na educação infantil de forma a construir um ambiente intelectual e cultural que não permita novos horrores.

De forma mais objetiva, apontamos nossas perguntas para a questão LGBT no que concerne aos direitos humanos e civis. Sendo assim, perguntamos sobre acesso aos direitos sociais entre pessoas heterossexuais e pessoas homossexuais.

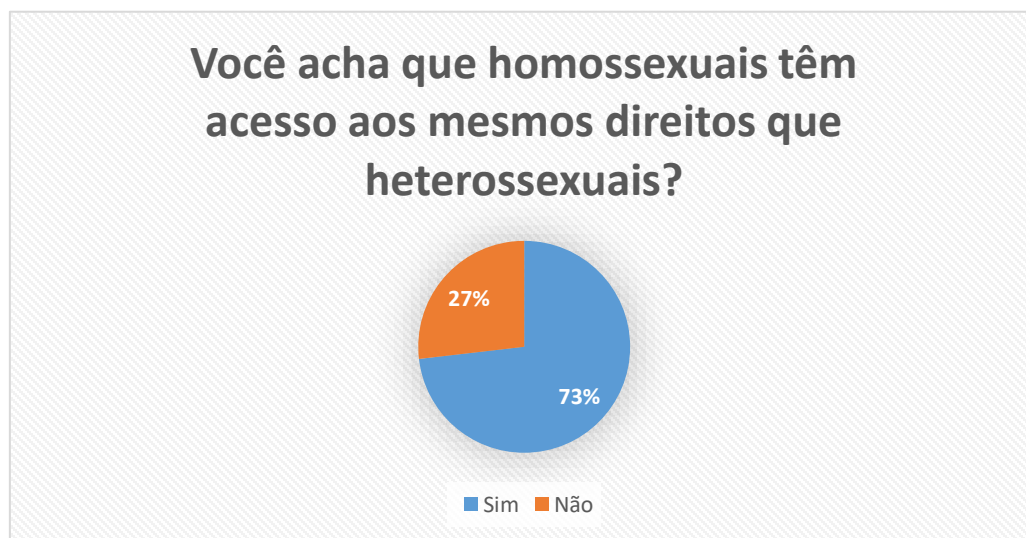


Gráfico 8

O resultado dessa pergunta nos remete a pensar em como tais adolescentes entendem acesso aos direitos, considerando suas próprias realidades de exclusão de direitos. Se, para setores mais conservadores da sociedade, os direitos da pessoa humana já estão postos e não há

necessidade de especificar políticas públicas para determinados grupos sociais, a resposta “sim” seria perfeitamente plausível. Agora, para quem compreende a realidade de exclusão de direitos e marginalização histórica dos indivíduos da comunidade LGBT, a resposta “não” entoa como a constatação de um processo de silenciamento e barbárie que há tempos existe na sociedade.

O debate acerca da compreensão da tolerância desde os anos iniciais na escola aponta para o estabelecimento de uma sociedade de direitos. Adorno contribui para a análise de uma perspectiva de mundo onde a educação, e sobretudo a escola, propicia a emancipação humana. Essa lógica, pautada na garantia dos direitos da população LGBT se retrata, obviamente na construção de um pensamento de coletividade, onde é necessário o respeito mútuo para o processo de socialização e emancipação.

Infelizmente a névoa de retrocesso a qual vivemos atualmente, não nos permite enxergar, a curto ou médio prazo, um avanço de política educacional que contemple a emancipação e a formação humana que afaste a lógica de horror. Pelo contrário, as narrativas dos educandos nas respostas sinalizam um grande processo de conservadorismo que, em muito, se aproxima do fascismo europeu do século passado.

Essa discussão fica melhor compreensível a partir dos resultados das perguntas seguintes.

Na sequência, perguntamos a opinião sobre a adoção de crianças por casais homossexuais. É importante sinalizar que deste ponto em diante as narrativas conservadoras se tornam mais evidentes nas falas das pessoas entrevistadas.

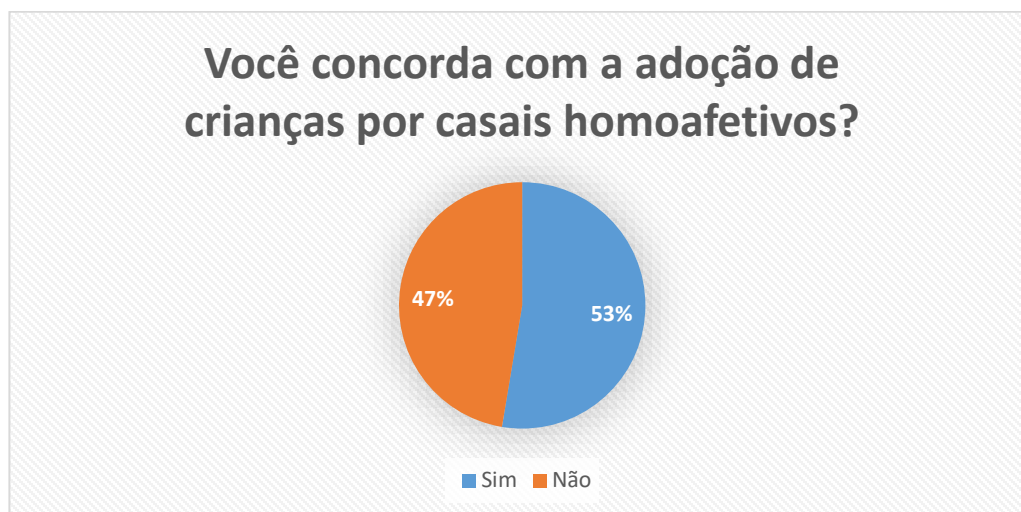


Gráfico 9

Esse resultado já não permite variantes de interpretações sobre as respostas. Cabe aqui categorizar essa população e como ela se configura em um mero reflexo do que é a sociedade no geral: pobre, negra, evangélica e conservadora.

Embora exista uma margem favorável à adoção de crianças por casais homoafetivos, algumas das próprias respostas positivas vinham acompanhadas de ressalvas que estabelecem o ideário conservador do casal homossexual.

Sendo assim, durante as respostas houveram, por eles, discursos tais como o de “se for um casal de gays, só pode adotar meninas, caso contrário vão aliciar o menino”, ou mesmo “se for adotar, tem que ser bebê, pois adotar já adolescente corre o risco de abuso”.

Esses discursos apontam para uma compreensão histórica da diversidade sexual como desvio de conduta, ideia tão antiga quanto presente na sociedade.

A escola poderia construir debates que permeassem a questão da liberdade individual e do senso coletivizador. Adorno aponta que, quando o problema da barbárie é colocado com toda sua urgência e agudeza na educação, há possibilidades de mudança. Ou seja, cabe à escola, em um cenário de intensa violação de direitos e de comportamentos de horror, estabelecer mecanismos de enfrentamento.

Cabe, então, ao educador, promover ações que tragam de volta conceitos de direitos e da importância de sua manutenção.

A pergunta seguinte tratava do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um tema tão delicado, pois envolve, além da individualidade de cada sujeito, as religiões.

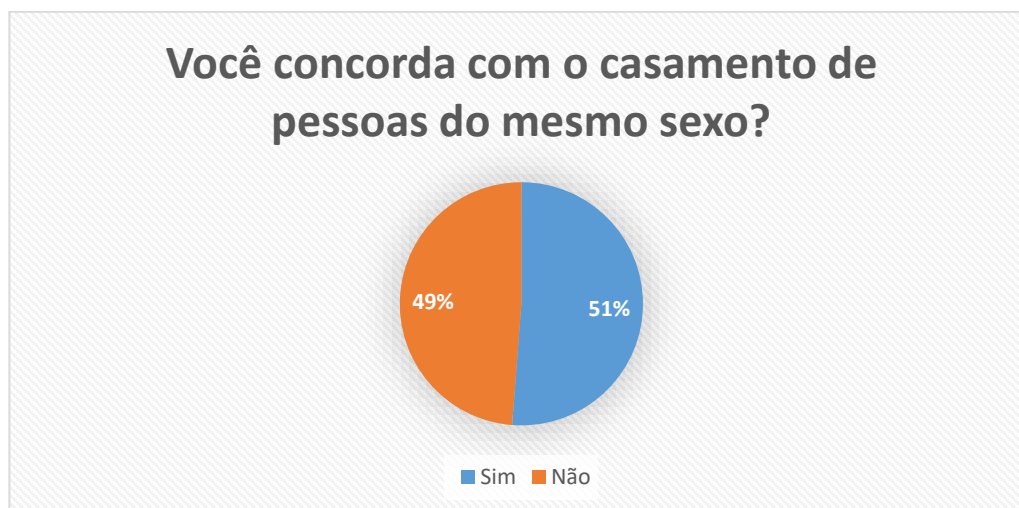


Gráfico 10

Mais uma vez os resultados foram bastante acirrados, de forma a perceber o quanto a intolerância atravessa os discursos e comportamentos de tais estudantes. É inevitável não pensar em como a religião assume um papel importante na construção do imaginário social desses adolescentes e em como tais construções podem se revelar em violações de direitos.

Nessa pergunta não foi levantada a forma como o casamento seria concebido, nem ao menos citada que seria sob qualquer matriz religiosa. Aqui a ideia era entender a posição de cada pessoa sobre o casamento igualitário enquanto direito civil.

É importante sinalizar que essa pesquisa não pretende caracterizar o conjunto dos educandos com adjetivos. Durante todo processo de aplicação do questionário, dúvidas sobre os conceitos foram dirimidas e os entrevistados ficaram à vontade para responder quaisquer perguntas sem a possibilidade de retaliação. Contudo, diante dos resultados, cabe ao pesquisador fazer uma análise dos dados obtidos de forma cautelosa.

Exatamente nesse contexto é que se constrói uma ideia de perfil de alunos e alunas dos anos finais da Escola Municipal Tania Mara Carnaval Basílio, qualificando os resultados com reflexões e contribuições de referências teóricas sobre o debate da educação e diversidade sexual.

A última pergunta que trata da questão da diversidade sexual é mais indireta na sua essência, contudo, bastante reveladora no sentido de compreender sobre a abertura das pessoas pesquisadas em reconhecer a necessidade de um componente curricular que discuta em sala de aula questões relacionadas à educação sexual.

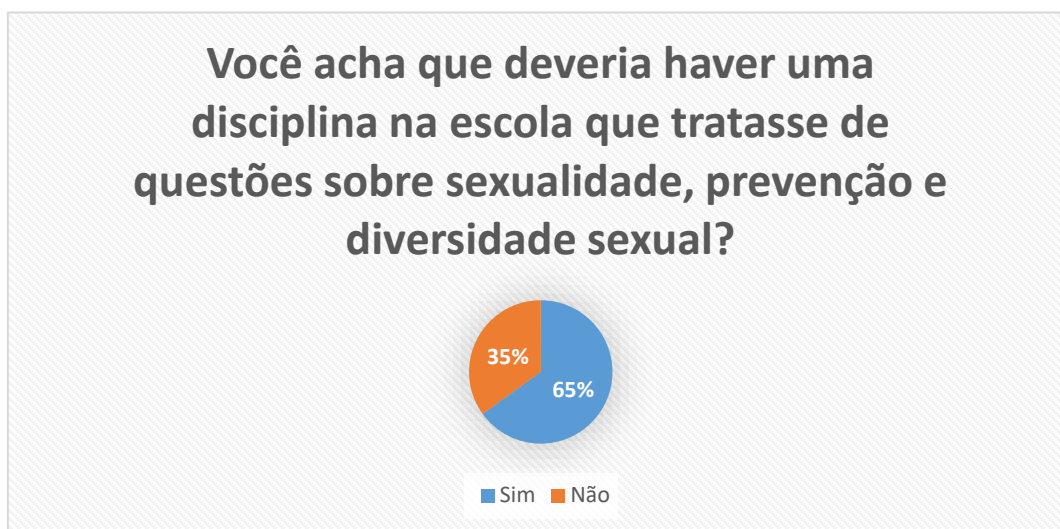


Gráfico 11

Em sua obra, “Educação e Emancipação”, Adorno dialoga uma reflexão a partir de uma pergunta: “Educação para quê?”

Esse talvez seja um dos pontos centrais para análise desse trabalho monográfico: qual é o papel da educação na formação humana?

E mais: qual a contribuição do ambiente escolar no processo de desenvolvimento humano dos educandos?

Embora seja uma pergunta aberta, a amplitude da categoria de análise nos permite observar o nível de compreensão acerca da necessidade do tema em sala de aula.

O resultado nos remete a pensar estratégias de intervenção no que se entende como diretriz curricular. A escola, na grande maioria das vezes, se percebe como o único referencial positivo do Estado nas comunidades mais pobres. Sendo assim, cabe a essa escola entender quais as demandas dessa comunidade e tentar construir cenários mais favoráveis à inclusão social.

Sabe-se que a discussão das sexualidades deve ser tratada como tema transversal em todas as disciplinas curriculares, no entanto, sabe-se também que a dificuldade de aplicação do conteúdo programático, por si só, é considerada um desafio para quem está na docência.

Logo, compreender um currículo em que aglutine componentes relacionados à diversidade sexual e sexualidades pode traduzir em um avanço no que tange a humanização das relações sociais das comunidades escolares e evitar barbáries.

Conclusão

Theodor Adorno aponta que, historicamente, a “violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo — seja isto verdade ou não — felizes.” (ADORNO). Nessa reflexão, Adorno sinaliza que aqueles considerados socialmente fracos são uma categoria construída socialmente a partir de um processo histórico de marginalização societária.

Esse enfraquecimento nada tem a ver com o vigor físico ou importância quantitativa, mas com a localização social que cada grupo está inserido. A violência contra a juventude negra nas periferias mostra isso, embora haja uma maioria numérica, esse grupo é socialmente considerado uma minoria, portanto, socialmente fracos, então, mais susceptíveis às barbáries.

Da mesma forma a população LGBT se localiza socialmente. Fraca. Marginalizada historicamente. Restrita em seus direitos mais básicos, sobretudo o de amar e o de viver.

Percebe-se como o poder hegemônico pensa seu processo de dominação, tangenciado por uma noção de poder branco cis-heteronormativo, invisibilizando qualquer divergência desse prisma. Portanto, pensar as questões sociais postas pelo capital é necessariamente pensar em como romper com essa lógica e traçar novas perspectivas.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso serviu, sobretudo, como fôlego para se pensar uma outra escola. Uma outra sociedade. Um outro mundo.

Serviu como instrumento de análise das violências sofridas por uma população que quer ser, como Adorno cita, feliz.

Adorno aponta a educação como instrumento para evitar a barbárie concomitantemente com a perspectiva de busca pela emancipação humana. Esse contexto de educação emancipadora de Adorno nos remete à análise crítica da escola conservadora como sendo uma escola que silencia as diferenças, que cala as diversidades e, indiretamente, anula tudo que é considerado desvio do padrão.

Essa é a barbárie de Adorno traduzida no processo educacional conservador onde, ao contrário de evidenciar a autonomia dos sujeitos no exercício emancipatório, estabelece diretrizes de repreensão e violência.

Percebemos que a tarefa da defesa irrestrita da educação humanizada passa diretamente pela defesa de um outro projeto societário.

É fundamental compreender a escola enquanto espaço de reprodução social e, necessariamente, um espaço a ser disputado de forma a “desbarbarizar” a educação. E isso só é possível com um esforço coletivo na comunidade escolar.

Percebemos com essa pesquisa o quanto os valores conservadores estão enraizados na sociedade desde o início da vida das pessoas. São filhos da classe trabalhadora que não possuem, ainda, a dimensão na necessidade de superar a barbárie como uma lógica de sobrevivência.

Os resultados obtidos na pesquisa junto ao corpo discente da Escola Municipal Tânia Mara Carnaval Basílio nos remetem à reflexão sobre que escola do campo é essa que reproduz todas as mazelas da sociedade e não se permite à resistência diante de toda conjuntura de enfraquecimento das relações humanas.

Tais resultados apontam para a necessidade de formações continuadas de docentes sobre a política de Direitos Humanos

Para tanto, entender a escola como um local de disputa de pensamentos se faz necessário. Uma escola livre de preconceitos e intolerâncias. Essa escola deve, portanto, assumir políticas de combate às violações de direitos através de medidas que contribuam para a formação de uma pessoa humana voltada para o respeito e a vida coletivizada.

As escolas do campo, por toda trajetória de luta em defesa de direitos e, principalmente, por entender seu papel na transformação da sociedade, deve adotar práticas inclusivas de forma que qualquer diferença seja valorizada e discutida no âmbito da comunidade.

É importante ressaltar que a premissa de inclusão escolar que atende às demandas da população LGBT se dá no sentido de garantir seu direito à formação intelectual sem prejuízo na sua integridade física e psicológica. Trata-se de entender que, tal como Adorno supunha, os fantasmas que assombraram Auschwitz ainda pairam pelas sociedades atuais e se reproduzem das mais variadas formas, entre elas o silenciamento do direito de amar e a morte de quem ama.

Referências

- ADORNO, W. T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____. **La personalidade autoritária**. Tradução Dora y Aina Cymbler. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.^a ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Projeto de Lei 6583/2013. **Estatuto da Família**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e os Direitos e Diretrizes de Políticas Públicas para a Família. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em 11/09/2019.
- _____. Projeto de Lei 867/2015. **Programa Escola Sem Partido**. Dispõe sobre a inclusão, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola Sem Partido.” Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 12/09/2019.
- _____. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. *Diário Oficial da União*, 09 abr. 2002.
- _____. Instituto Brasileiro de Geociências e Estatísticas (IBGE). **Censo de 2010**.
- CALDART, Roseli S. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. [Orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (22/09/2016). **Casais homoafetivos são equivalentes a 3% dos que adotam em Natal**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/83511-casais-homoafetivos-sao-o-equivalente-a-10-dos-que-adotam-em-natal> . Acesso em 30/05/2019.
- IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.
- KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. Por uma educação básica do campo(memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MST. **Diversidade Sexual no MST: Elementos para o debate.** Caderno de Formação n. 5. São Paulo. Secretaria Nacional do MST, jan. 2017.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* Trad. Denise Bottman; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.